

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V 14

issn 2175-974x | ano 2017 year

semestre 01 semester



Maíra Ramirez Nobre é arquiteta e urbanista. Estuda processos de ocupação espontânea e marginal do espaço público.

Rafael Silva Brandão é arquiteto e urbanista, Doutor em Tecnologia da Arquitetura. Professor Adjunto da Universidade Federal de São João del Rei. Estuda conforto ambiental, planejamento urbano, energia e tecnologia da arquitetura e do urbanismo.

Como citar esse texto: NOBRE, M. R.; BRANDÃO, R. S. Muros: entre-lugares, usos e utilidades. V!RUS, São Carlos, n. 14, 2017. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus14/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 04 Jul. 2017.

Resumo

Muros são elementos constituintes fundamentais dos espaços urbanos, ao configurar ou determinar desenhos, usos e fluxos na cidade. A priori são encaradas de maneira predominantemente negativa pelos estudiosos do espaço, devido ao seu caráter segregador: funcionam como divisão de áreas, mas também de realidades; impedem acessos; hostilizam o usuário a ponto de inviabilizar sua apropriação do espaço. Mas há uma potencialidade subestimada nestes componentes? Este trabalho busca entender as influências dos muros no cotidiano urbano, chamando a atenção para seu papel no tecer da cidade e sua virtualidade que instiga de formas diversas variados grupos sociais, classificando-se como entre-lugares.

Palavras-chave: Cidade; Muros; Segurança; Entre-lugares; Apropriação.

Introdução

O tecido da cidade é composto por um conjunto de espaços inter-relacionados, entremeados por barreiras, que cumprem as funções, dentre outras, de organizar ambiências, traçar fluxos e delimitar áreas públicas e privadas (Figura 1). Entre esses obstáculos, o cotidiano da população acontece, em suas clássicas atividades de morar, trabalhar, divertir-se e transitar. Eles cumprem assim, uma dupla tarefa: ao mesmo tempo em que impedem (ou dificultam) deslocamentos, também indicam (ou possibilitam) conexões. Os muros¹ são as manifestações físicas mais claras de barreiras urbanas. Mais que a simples delimitação territorial relacionada à proteção da propriedade privada, este componente simboliza um comportamento social cada vez mais difundido: a individualização do homem contemporâneo e seu desligamento do coletivo, agravante do esgarçamento do tecido urbano.



Fig. 1: Vivência urbana realizada em São João del Rei, por Maíra Ramirez e Fernanda Martins, ao longo do desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação "A Cidade e seus Muros". Fonte: Maíra Ramirez, 2016.

Talvez por isso, as barreiras urbanas sejam comumente vinculadas à sua característica segregadora e o primeiro impacto gerado ao se abordar o tema é, em geral, negativo. Isso porque ao se pensar no muro enquanto objeto (e assim será abordado inicialmente para que depois possa ser dissecado em caracterizações simbólicas), a imagem criada tem em si a indicação de algo intransponível, ou, no mínimo, difícil de passar, havendo, assim, um rompimento da potencial comunicação entre duas partes. Por si só, o muro está ligado à ideia de divisão.

Mas é possível pensar os muros e demais barreiras urbanas como espaços potenciais de apropriação? Quando verticais, podem ser utilizados como murais de comunicação (Figura 2); se horizontais, nas formas de ruas, pontes, ou linhas de trem, por exemplo, podem oferecer possibilidades de uso por diversos grupos e de diferentes maneiras. Para se compreender essas potencialidades, pensando na dupla função (segregadora e apropriadora) das barreiras urbanas, é preciso entender o processo de esvaziamento dos espaços urbanos que levou ao atual estado de insegurança nas cidades.



Fig. 2: Colagem 1. Fonte: Maíra Ramirez, 2016.

Muros e discursos sociais

As cidades não são meros cenários ou aglomerados construtivos aleatórios. Mesmo que nem sempre se perceba no caminhar cotidiano, a cidade é o resultado de ações e discursos sociais. Para Cortés (2008), o espaço construído não é totalmente responsável pela opressão ou libertação da sociedade, mas exerce o papel de condicionante, levando a diferentes formas de prática social. Sendo assim, os elementos construídos auxiliam na manutenção de determinada ordem e, inevitavelmente, na criação de determinada identidade espacial, relacionadas diretamente às ideias de autoridade e capital simbólico. O autor segue constatando que as formas urbanas atuam como espelhos sociais, influenciando na construção e transformações da realidade social. Isso se torna claro em algumas barreiras icônicas, como o Muro de Berlim (figura 3), que materializou uma polarização ideológica que, traduzida para o espaço, significou não só a divisão de um país, mas a separação de famílias e afetos.



Fig. 3: Memorial do Muro de Berlim. Fonte: Maíra Ramirez, 2011.

As cidades iluministas, por exemplo, foram configuradas com base em um ideário de vigilância e controle social e marcadas pela geração de vários e significativos cortes no espaço de maneira a garantir a manutenção do poder e da ordem sobre a vida dos cidadãos e um fluxo que otimizasse a produção e o consumo (CORTÉS, 2008). As antigas vielas e becos escuros foram rasgados e bem iluminados, prezando espaços limpos (higienizados) em que a segurança era garantida por meio dos olhos do poder. Essas características, em geral oriundas de uma contraposição a mobilizações populares que buscavam de melhorias após a exacerbação das contradições sociais fruto do capitalismo, foram muito implantadas ao longo do século XVIII, consagradas pelo plano urbanístico de Hausmann² (século XIX), e ainda estão presentes nas cidades contemporâneas. Para Guy Débord (1955, apud JACQUES, 2003), o esforço dos poderes estabelecidos pós-Revolução Francesa em manter a ordem nas ruas, acabou por suprimi-las.

É importante ressaltar que a incorporação e concretização dos ideais modernistas, de forma bastante contraditória ao que originalmente pregavam, contribuiu significativamente para a manutenção de cidades vigiadas e "protegidas" por meio de planos urbanísticos setorizados e programáticos. O século XX é ainda mais marcado pela supressão das ruas e espaços públicos, devido ao advento do automóvel e sua priorização em relação aos pedestres. Para Bourriaud (2011), a geometrização do espaço está intimamente ligada ao fato de que andar a pé não gera lucro, o que fez disso um estímulo para que esta atividade fosse realizada da forma mais rápida possível. A estratégia usada por Henry Ford para que seus operários não "perdessem tempo" deslocando-se foi submeter este movimento a "uma organização racional baseada na geometrização do espaço" (BOURRIAUD, 2011, p. 15). Pouco mais de um século depois, esta medida é totalmente absorvida pela sociedade e o andar a pé é negado pelos planejadores urbanos, alheios ao fato de que o esvaziamento das ruas como espaços de uso e permanência está diretamente ligado à importantes questões de violência urbana.

A situação agravou-se de tal forma que as pessoas tendem a não entrar em contato direto com a cidade, escondendo-se dentro de seus automóveis, o que, para Jacobs (2011), faz parte da segunda técnica de convivência com a insegurança urbana. Ela aponta a existência de três técnicas até a atualidade: deixar o perigo acontecer livremente e atingir quem for mais vulnerável a ele; se esconder em carros; e cultivar instituições do território, o que ocorre quando determinado grupo se apropria de parte da cidade e impede que membros de outro grupo entrem neste local estando sujeitos a espancamentos, como no caso dos quetos de Nova York abordados pela autora.

Fica clara, então, a existência de determinações ideológicas que atuam sobre a construção do espaço e indicam a forma e a velocidade como ele deve ser utilizado. Para Cortés (2008, p. 108), "(o) controle arquitetônico das barreiras sociais converteu-se no verdadeiro espírito da reestruturação urbana; a segurança residencial e comercial conseguiu tomar o lugar de qualquer forma de integração social". A grande rigidez da organização espacial buscou a construção de um mundo perfeito sem espaço para "feiura" e desordem em prol de uma segurança baseada na restrição do acesso. Segundo Argan (1998, p. 214) "a cidade que, no passado, era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero".

Atualmente, o que atrai as pessoas ao uso de espaços públicos são relações comerciais, o que influencia na caracterização da sociedade contemporânea como uma sociedade do consumo. Especialmente nas grandes cidades, as antigas ruas de comércio deram espaço aos centros comerciais: ambientes fechados, climatizados e bem iluminados, que negam o espaço urbano e buscam acolher um público alvo seletivo (o que é garantido por meio de estratégias arquitetônicas como fachadas pomposas, muros intimidadores e acesso prioritário para automóveis). As ruas da cidade contemporânea se transformaram, assim, em mero espaço de trânsito, em que o principal fluxo é o que liga as residências a outros espaços restritos como os discutidos anteriormente. Trata-se de uma redução sintomática dos possíveis usos da cidade, já que suas ruas servem (ou deveriam servir) "a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres". (JACOBS, 2011, p. 29) Até mesmo os locais de lazer são marcados por segregações, seja pelos muros físicos que os cercam, pelas cobranças exigidas para acesso ou pela subordinação direta da permanência a relações de compra e venda – o que faz com que determinadas camadas sociais não tenham condições de apropriação.

A não integração (ou desintegração) social e a dificuldade da população geral (por falta de vontade ou incapacidade) em se sensibilizar com as diferenças e extremas desigualdades facilitam em muito a manutenção da ordem e do poder pelas classes dominantes, gerando uma ilusão de sociedade segura, garantida pela segregação sócio espacial. Para Jacobs (2011, p. 29) no momento em que as pessoas afirmam que determinada cidade ou parte dela é perigosa, o que estão dizendo, basicamente, "é que não se sentem seguras nas calçadas". Ou seja, a noção de segurança ou violência na cidade está diretamente relacionada à maneira como se dá a vida urbana e o convívio no espaço público. A autora continua reforçando a importância da calçada para as relações urbanas, quando afirma que "as calçadas ou aqueles que as usam não são beneficiários passivos da segurança ou vítimas indefesas dos perigos", já que quando as pessoas temem as ruas "elas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras" (JACOBS, 2011, p. 30). Cortés (2008, p. 65) lembra que "o espaço público deixa de ser um lugar de encontro, centro da vida social, para se tornar algo mais ligado à regularização estrita, em que tudo esteja controlado e o indivíduo se sinta seguro e considere garantida tal segurança".

Sendo assim, a violência urbana é um ponto fundamental na discussão sobre a cidade e suas barreiras, tendo em vista que se tornou elemento central no que tange às justificativas contemporâneas para a criação de espaços de segregação. É neste contexto que Jacobs (2011) nos lembra dos muros, usados, muitas vezes, para a formação de ilhas urbanas. Em um caminho oposto ao convencional, em que a segurança está diretamente ligada à construção de muros cada vez mais altos, a autora afirma que a melhor forma de combater a violência urbana são os olhos das ruas³, ou seja, "os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua" (JACOBS, 2011, p. 35). Quanto menores os muros e mais permeáveis as cidades, maior o contato entre as pessoas e a ocupação das ruas, reduzindo os fatores causadores da violência urbana - um cuida do espaço do outro e todos vigiam o que é comum. Mais importante que a polícia e as câmeras é o trânsito constante de usuários nas cidades. A vida pública informal impulsiona a vida pública formal e associativa. Ou seja, para Jacobs (2011), a segurança de determinada rua ou bairro é garantida por uma autogestão democrática, baseada principalmente na criação de uma rede de relações.

Muitas vezes, a ideia de segurança está vinculada à vigilância, como se pode observar em grande parte das cidades que instalam câmeras nas ruas como promessa de minimizar a violência. Como abordado anteriormente, esse tipo de estratégia é recorrente desde o início do pensamento urbanístico, quando os planejadores pretendiam, ao ampliar as ruas e fazer dos seus desenhos traços ortogonais, facilitando a visão e, conseqüentemente, o controle sobre as atividades ali realizadas. A grande diferença entre o tipo de vigilância aplicado na atualidade e o proposto por Jacobs (2011) é justamente uma ideia de hierarquia e de controle. Os olhos da rua só funcionam pelo impulso da curiosidade humana, e isso fica claro quando a autora descreve a forma como cada acontecimento do bairro leva todos os moradores até as calçadas e janelas. Entretanto, apesar de "julgador", este observar passa mais por um cuidado do que por uma atitude fascista e opressora.

Muros como entre-lugares

Indo em direção à noção de segurança abordada por Jacobs (2011), partindo para uma ideia de vigilância baseada na lógica da confiança, é possível pensar sobre a apropriação das ruas e espaços públicos. Muitos dos espaços negligenciados na cidade apresentam um significativo potencial para uso e reunião de indivíduos. Apesar de serem muitas vezes consideradas áreas perigosas, essas regiões têm em si a qualidade da multiplicidade que pode ser intensificada por meio de propostas de apropriação.

Essas áreas marginais, dotadas de inúmeras possibilidades de vivência e criação, são chamadas por Guatelli (2012) de entre-lugares, ou seja, aquilo que está entre os espaços programáticos. Ao contrário destes, os entre-lugares, a princípio, não têm função e não são feitos conscientemente para e nem por ninguém e, justamente por isso, permitem uma apropriação de maneiras diferentes e por públicos variados. Esses lugares são, muitas vezes, observados ao longo das barreiras urbanas. São espaços capazes de romper com a noção do dentro/fora, ou, estando fora, de serem ocupados, usufruídos e recriados como se não importasse estar dentro. Sobre estes espaços residuais, Guatelli (2012, p. 22) afirma que "estariam sempre abertos ao constante processo de apropriações diversas, livres da influência de qualquer imposição ocasionada por uma pré-condição". Trata-se da coisa entre as coisas, que não é nem uma, nem outra, podendo ser várias, além de se inventar e reinventar no cotidiano dos usos diversos. É a "articulação do definido em direção ao indefinido" (GUATELLI, 2012, p. 23).

Espaços de infraestrutura como muros, avenidas, linhas de trem – alguns deles caracterizados como barreiras urbanas – são entre-lugares⁴, porque podem permanecer, ao contrário de espaços pré-determinados, impassíveis e indiferentes mesmo diante de figurações momentâneas (GUATELLI, 2012). Eles funcionam como suporte, estando abertos a diferentes intervenções que não atuam diretamente sobre sua estrutura, podendo ser transformados tantas vezes quanto desejado.

Pode-se dizer, articulando estes conceitos às teorias de Lefebvre (1999), que os entre-lugares são espaços em que há possibilidades de apropriação e que, por não despertarem os interesses do capital, não estão inseridos na lógica do valor de troca, possuindo grande potencial como valor de uso e, conseqüentemente, como espaços da criação, do virtual, da obra⁵.

Seria no espaço, não no espaço predeterminado, mas nos "entres", nos espaços livres de preconfigurações que vivenciaríamos esses "momentos de invenção" e criaríamos condição para o devenir autr, indo além dos limites impostos pelo "natural", pela história construída por discursos dominantes (GUATELLI, 2012, p. 32).

Para entender estes espaços e processos, os tradicionais modos de investigação racionais e analíticos tornam-se insuficientes, demandando reinvenções metodológicas e novas abordagens. Recupera-se então a deriva situacionista (JACQUES, 2003), como estratégia de percepção e apropriação urbana, trazida para um contexto contemporâneo. Esta derivação da deriva (ou deriva ao quadrado ou deriva²) promove um estar na cidade ao mesmo tempo atento e despreocupado, despertando novas sensibilidades e conectando o corpo ao urbano.

O diagrama representado na figura 4 trata justamente da forma como essa conexão entre os objetos de estudo, os conceitos abordados e os processos escolhidos dialogam entre si, com o objetivo de promover um debate amplo sobre as barreiras urbanas tanto na escala do corpo, quanto do muro e da cidade.



Fig. 4: A investigação das barreiras urbanas (aqui denominadas 'muro') e sua relação com o corpo e a cidade foi desenvolvida ao longo do Trabalho Final de Graduação "A Cidade e seus Muros", por meio de uma análise de conceitos dialéticos e da realização de deriva². Essa experiência transcendeu as técnicas convencionais de investigação arquitetônica, permitindo o espaço do corpo, do indivíduo e do subjetivo na percepção da cidade e da forma como os muros atuam sobre ela. Fonte: Maíra Ramirez, 2016.

De acordo com Benjamin (1982), de certa forma a construção ocupa o lugar do inconsciente, tendo em vista a potencialidade inerente à arquitetura de confirmar lógicas latentes ainda não percebidas (figura 5). As inúmeras potencialidades de apropriação do espaço, que vão desde instigar o usuário chegando a superar o desejo do arquiteto são a prova que o objeto gerado independe da vontade de um único autor e dialoga com as relações de diversos indivíduos. O entre-lugar é, desta forma, o principal espaço de recebimento de diferentes intervenções e que pode, em si, ter a marca de múltiplos desejos. Trata-se de um confronto entre lugares imediatamente percebidos, que promovem rápida apropriação, e espaços outros, onde o processo de percepção e uso é mais lento justamente por se tratar de uma perversão do sentido original que passa pela potencialização de leituras indiretas e inventivas.



Fig. 5: Deriva² realizada em Barbacena, no dia 22 de agosto de 2016, por Maíra Ramirez e Jeniffer Maia, ao longo do desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação "A cidade e seus Muros". Fonte: Maíra Ramirez, 2016.

O importante aqui é compreender a forma como estes espaços entre funcionam como instrumentos instigadores de performances e questionamentos por meio dos usuários que se apropriam de uma estrutura aberta superando a funcionalidade – enquanto sua definição clássica vinculada à ideia de utilidade direta. Trata-se aqui, de uma quase ode ao inútil, pensando uma valorização daquilo que, em sua essência, não serve para nada (pensando servir enquanto mera função produtiva) e que será apropriado de formas que fogem ao que se considera útil. Sendo assim, a apropriação do entre-lugar tem em si o potencial da marginalidade, já que pode gerar usos que fujam à lógica imposta pelo mercado e pelo capital.

Diferentemente da arquitetura formal, os espaços entre carregam em si a marca do usuário autor e não do arquiteto artista, já que o poder de determinar a apropriação se deslocou das mãos do segundo para os desejos do primeiro.

Sendo assim, as múltiplas possibilidades de construção do espaço geram diferentes formas de invenção dos próprios indivíduos que ali se projetam (figura 6). Guatelli (2012) diz, então, a existência de um "homem por fazer", que se encontra em constante construção, podendo sempre ir além do que lhe é "oferecido, em que as impressões de sensação, advindas das livres apropriações no espaço, possam transformar-se em reflexão, condição importante para a passagem de um sujeito passivo para um ativo" (GUATELLI, 2012, p. 126-127).



Fig. 6: Deriva² realizada por Fernanda Martins e Luís Firmato, ao longo da disciplina Arquitetura em Processo, ministrada pela professora Flávia Nacif, na Universidade Federal de São João del Rei. Fonte: Fernanda Martins, 2016.

A principal estratégia para romper com a segregação imposta pelas barreiras urbanas é a apropriação destes espaços entre por meio da arte e da festa. Arte não no sentido de se pendurar obras pela cidade, mas de fazer desta a própria obra. Guy Débord (2006) nos lembra que “se nos dispusermos a praticar e estudar uma mudança criativa do meio urbano, ligada a uma mudança qualitativa do comportamento e do modo de vida, isso significa uma verdadeira criação coletiva no âmbito da arte”. Propõe-se, então, uma outra forma de perceber e praticar a cidade, baseada no coletivo e na arte, como é demonstrado na Figura 7.

Necessária como a ciência, não suficiente, a arte traz para a realização da sociedade urbana uma longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais e, sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos e de espaços apropriados: não impostos, não aceitos por uma resignação passiva, mas metamorfoseados em obra (LEFEBVRE, 2016, p. 116).



Fig. 7: Caminhada performática realizada no dia 15 de setembro de 2016, em São João del Rei, e coordenada por Luís Firmato, ao longo do desenvolvimento do Trabalho Final de Graduação “A Cidade e seus Muros”. A proposta contava com outras maneiras de perceber e se apropriar da cidade, por meio de um contato sensorial e coletivo com o espaço. Foram realizadas performances ao longo da deriva². Fonte: Fernanda Martins, 2016.

A cidade não é apenas um invólucro ou o espaço de concentração e exposição de produtos artísticos, ela é a própria arte. Isso explica, por exemplo, a transformação da cidade em produto, tal qual ocorreu com toda a produção pós Revolução Industrial, tendo em vista que "havendo mudado o sistema geral de produção, o que era um produto artístico hoje é um produto industrial" (ARGAN, 1998, p. 73).

Desta forma, torna-se clara a maneira como arte e urbanidade se ligam em um movimento de valorização e crescimento mútuo. É nos momentos de encontro promovidos nos espaços urbanos residuais que se tem a maior possibilidade de diversidade. Como exemplo, podemos citar o carnaval de rua, que vem crescendo nas grandes cidades, principalmente nos últimos anos, como um dos maiores momentos de encontro no Brasil. Ao longo desta festa, os espaços públicos retomam sua função primordial e são novamente apropriados ao longo dos dias de folia. Isso pode ser percebido por meio da Figura 8, foto do bloco Tico Tico Serra Copo, no carnaval de Belo Horizonte.



Fig. 8: Carnaval em Belo Horizonte. Fonte: Rafael Brandão, 2017.

O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (LEFEBVRE, 2016, p. 12).

Como consequência do processo de privatização das cidades, no qual os espaços tendem, cada vez mais, a pertencer a indivíduos ou grupos específicos e não mais serem apropriados pelos cidadãos, Bourriaud (2011) afirma que o homem contemporâneo é um ser desapossado. Isso porque, de acordo com o autor, a economia capitalista é desterritorializante, tendo em vista que ela desloca as formas de existência, e codifica e decodifica os modos de vida de acordo com seus interesses. Assim, uma maneira de agir contra este processo é a encontrada por Guattari e citada por Bourriaud (2011), por meio da qual se gera uma prática de existência que devolve a subjetividade onde ela já se esvaziou, por meio da criatividade e de novas experimentações dos espaços. A "única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que auto enriqueça de forma contínua sua relação com o mundo" (GUATTARI, 1992 apud BOURRIAUD, 2011, p. 69). A arte ocupa, assim, um papel fundamental no movimento de desterritorialização, por ser o elemento capaz de retomar as subjetividades, gerando uma nova relação entre sujeito e espaço, por meio da qual a cidade se torna novamente um lugar de apropriação.

A aproximação entre arte e cotidiano faz parte de um mesmo movimento, por meio do qual arte e cidade se deslocam uma em direção à outra, como numa relação de incorporação mútua. Se Lefebvre (2016) coloca que o principal uso da cidade é a festa, o uso da rua para encontro e apropriação, tal qual a convergência entre os elementos, cotidiano, arte e cidade, significa uma possibilidade de uso pleno do espaço público por meio do exercício da diversidade. Assim, ocupar a cidade com arte é elevar a potencialidade dos espaços entre rompendo com diversas formas de segregação urbana por meio da retomada do público, do questionamento do privado, do contato com o outro, da aceitação das diferenças e, por fim, da subversão do lazer retirando sua concentração no consumo e o deslocando para movimentos de arte e cultura.

Conclusão

Pode-se concluir que as barreiras urbanas, entremeadas no tecido da cidade, construídas por desenho ou por resíduo, permitem a materialização de um ideal de cidade/sociedade. Desejar a urbes da diversidade, da pluralidade e da festa, mais do que almejar o fim dos muros, é vislumbrar a criação de uma sociedade que incorpore estes conceitos em seu cotidiano, de maneira autônoma e reflexiva. A forma urbana estabelece sempre uma relação dialógica com as formas sociais e, por isso,

qualquer intervenção puramente formal arrisca-se à irrelevância. As modificações devem, então, partir da percepção e sensibilidade de indivíduos múltiplos dispostos a se reunirem e atuarem.

Fica, então, o desafio de explorar as potencialidades das barreiras, dos entre-lugares, dos espaços sem utilidade, como possibilidades de encontro; de usar o vazio gerado pelas barreiras como uma arma contra elas mesmas, fazendo com que o medo se torne segurança; a angústia, encontro, e à cidade seja devolvida sua mais que merecida característica de arte.

Referências

ARGAN, G. C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENJAMIN, W. **Paisagens**. São Paulo: Imesp, 2009. Título original: *Das Passagen – Werk*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982.

BOURRIAUD, N. **Formas de Vida: a arte moderna e a invenção de si**. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (Coleção todas as artes).

CORTÉS, J. M. **Políticas do Espaço, Arquitetura, Gênero e Controle Social**. São Paulo, SENAC, 2008.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GUATELLI, I. **Arquitetura dos Entre-lugares**. São Paulo: SENAC, 2012.

HARVEY, D. The Right to the City. **New Left Review**, Londres, n. 53, Set.-Out. 2008. Disponível em: <<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>>.

JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, P. **Apologia da Deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política: O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MUROS, territórios compartilhados. s.d. [online] Disponível em: <http://muros.art.br/?page_id=402>. Acesso em: 17 Mai. 2017.

1 Os muros são colocados aqui como qualquer coisa que sirva de divisa entre espaços. De acordo com o livro *Muros, territórios compartilhados*, são "utilizados desde a antiguidade para defender e proteger as cidades e, ainda hoje, nos grandes centros urbanos, tem a função de separar um espaço do outro, estabelecendo um limite e demarcando um território, tornando-se, muitas vezes a fronteira entre o espaço público e o privado. Constituem-se como barreiras para a circulação das pessoas no espaço urbano, além de delimitar o olhar dos transeuntes" (MUROS..., s.d., s.p.).

2 O plano urbanístico de Haussmann para Paris (1853) propôs a reconstrução da cidade seguindo a lógica de vários rasgos para a criação de vias largas e iluminadas. Entretanto, não se tratou de um projeto de melhorias que alcançaria toda a população, mas sim de uma proposta segregadora, em que poucos tinham direito de acessar os equipamentos criados. Mais que um plano urbanístico, Harvey (2008) afirma que se tratou de um projeto econômico para tirar Paris de uma crise econômica e social na qual estava afundada. O plano garantiu emprego para muitos operários e assegurou o espaço de investimento do excedente do capital, garantindo que este não ficasse estagnado. Contudo, pouco mais de uma década depois, a falta de capital para novos investimentos gerou uma estagnação econômica, desemprego e uma nova crise, que deixou ainda mais clara a divisão social de Paris.

3 O conceito, criado por Jane Jacobs (2011), foi publicado pela primeira vez em 1961 no livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*. A ideia dos olhos das ruas é, ainda hoje, uma das mais trabalhadas quando a questão é a segurança urbana. Para ela as pessoas se sentem mais seguras em meio aos diferentes e os olhos das ruas são a ação consciente ou inconsciente de pessoas que, utilizando os espaços públicos ou contemplando-os de suas casas, acabam por vigiá-los. As cidades tornam-se mais seguras a medida em que os espaços comuns estão ao alcance do olhar de todos, de forma que um cuida do outro e todos da cidade. Jacobs (2011, p. 32) afirma que a segurança pública, mais do que pela polícia, é feita "pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados".

4 O conceito de entre-lugares foi criado por Igor Guatelli (2012) a partir da ideia de "entre", presente na obra de Jacques Derrida (sobretudo a partir dos conceitos de *l'entre*, *l'espacement* e *Khôra*). Os entre-lugares podem ser conhecidos como as lacunas ou os espaços "ociosos" que ficam entre aqueles projetados e possuem a função de ligação. Comparando arquitetura e escrita, como propõe o próprio autor, os entre-lugares não possuem função de sujeitos da frase (ou objeto e forma da arquitetura), mas são os elos que dão diferentes significados às construções da escrita e da cidade.

5 Obra é um termo muito utilizado por Lefebvre (2016) que se relaciona com a criação. Segundo o autor, o surgimento da cidade industrial acabou com a obra, tendo em vista que a produção deixa de ser imaginativa e única e acaba por se tornar massiva, tendo por finalidade única a criação do maior número possível de elementos iguais de maneira a atender as

necessidades do mercado e gerar lucro. Para o autor, o direcionamento da cidade para o dinheiro e a técnica, para o produto, vai de encontro à sua característica própria de obra. A cidade, por si só, é uma obra. Essa contradição é muito significativa tendo em vista que a obra tem valor de uso, enquanto o produto, valor de troca. Lefebvre defende que, mesmo nas sociedades opressoras, havia a produção de obras, ou seja, havia o valor de uso. Esse quadro se modificou quando a sociedade deixou de ser opressora e se tornou exploradora. A exploração mata a criação. Isso porque ela foca o processo no fazer e não no inventar, tornando-o prático e mecânico. O valor de troca, a generalização e a mecanização levam o foco para o produto, atingindo a cidade em sua essência, o uso.